

DUNN, John. *Setting the people free: The story of democracy*. Londres: Atlantic Books, 2005.

Javier Amadeo

Pós-doutorando em História Social - FFLCH/USP

Como afirma James Farr em *Understanding conceptual change politically*, a única verdade permanente sobre nossos conceitos políticos é sua transformação constante; os conceitos que conferem significado à vida política não o fizeram sempre do modo atual. E, continua o autor, a evolução dos conceitos é um problema fundamentalmente político, além de ser um problema conceitual, e entender o processo de transformação dos conceitos é uma parte essencial para entender a transformação política.

Um exemplo deste processo de transformação conceitual, e de suas consequências políticas, pode ser analisado com a evolução da palavra democracia, um dos conceitos mais presentes dentro do vocabulário político contemporâneo. No entanto, tentar compreender seu sentido é cair dentro de uma enorme polifonia de significados muitas vezes contraditórios. Entender esta transformação conceitual é o desafio que nos propõe o último livro de John Dunn.

John Dunn – professor de teoria política da Universidade de Cambridge (Inglaterra) e pesquisador do King’s College – é um dos teóricos mais importantes na área de teoria política moderna e seu trabalho tem procurado aplicar uma perspectiva histórica à teoria política. Parte de seu prestígio baseia-se na cuidadosa reconstrução do pensamento político de John Locke,¹ inspirado e beneficiado pela edição crítica de *Two treatises of government* de Locke realizada por Peter Laslett em 1960. Em sintonia, e em diálogo direto, com os trabalhos

¹DUNN, John. *The political thought of John Locke*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

realizados pelos historiadores Quentin Skinner e J. G. A. Pocock, os trabalhos de Dunn no final da década de 1960 têm oferecido prescrições metodológicas nas discussões da teoria política, procurando reconstruir as intenções dos pensadores políticos do passado para chegar a um entendimento mais adequado do significado de suas obras.

Muito de seu trabalho posterior – distribuído em artigos, livros e coleções editadas² – tem abordado temas substantivos da teoria política. Em *The cunning of unreason* (2001), ele discute de que forma os limites da racionalidade e do conhecimento impedem o republicanismo democrático de realizar suas promessas. Suas reflexões sobre as vicissitudes da democracia como ideal político continuaram com a edição do livro *Democracy. The unfinished journey, 508 B.C. to A.D. 1993*, chegando a um ponto de desenvolvimento mais aperfeiçoado com *Setting the people free: the story of democracy*.

Neste trabalho, o professor Dunn aborda um dos temas políticos mais importantes do século XX, a extraordinária presença da democracia no mundo atual. O livro apresenta a história de uma palavra de origem “casual”, com uma história intrincada que tem se transformado recentemente em dominante na imaginação do mundo político, e tenta entender as razões de sua surpreendente ascensão, assim como tenta compreender melhor suas causas e significados.

A história começa na Grécia clássica, onde surgiu como um remédio improvisado para uma série de problemas políticos de natureza local. Atenas deu à democracia um nome e proveu uma interpretação extremamente precisa das condições políticas necessárias para alcançá-la. Porém, o termo democracia teve uma vida curta, florescendo brevemente para depois desaparecer por cerca de dois mil anos. Ela voltará à vida como uma opção política moderna real, sob outro nome, na luta pela independência americana e na fundação da nova República. A história da reaparição completar-se-á nas lutas da Revolução francesa, agora com seu próprio nome. A partir deste ponto se produzirá uma lenta mas persistente ascensão durante um século e meio, até chegar seu triunfo abrumador a partir de 1945. O livro mostra, nesta ascensão, quão forte as continuidades permanecem, mas também quão profundas são as rupturas, entre seu original grego e qualquer estado democrático moderno.

² Entre eles: *The history of political theory and other essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995; *Western political theory in the face of the future*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993; (ed.) *Contemporary crisis of the nation state?* Oxford: Blackwell Publisher, 1995.

A partir desta história, duas grandes perguntas aparecem e o livro se estrutura como uma tentativa de respondê-las. A primeira refere-se a um fato extremamente incomum na política moderna. Esta primeira questão tem dois elementos distintos: a existência de um padrão cosmopolita único e a palavra escolhida para expressá-lo. Por que, pela primeira vez na história da nossa multilinguística espécie, existe um só nome global para os fundamentos legítimos da autoridade política? Para Dunn o que parece estranho é o fato de que esta simples designação tenha surgido a partir do substantivo grego *demokratia* que, originalmente, não era fundamento de legitimidade ou regime definido pelas suas boas intenções ou missão nobre, mas simplesmente uma forma de governo a qual, condenada pela maioria que utilizava o termo, tinha se provado grosseiramente ilegítima em teoria e pouco mais que desastrosa na prática. Esta primeira questão é em parte uma questão sobre a história da linguagem (o vocabulário da política moderna e seus antecedentes históricos). No entanto, é também uma questão sobre a história do pensamento político e sobre a história da organização e da luta política.

A segunda refere-se ao mais importante e inconfundível êxito político nos últimos três quartos de século: o surgimento da democracia moderna; este surgimento mudou a ideia de democracia além de seu reconhecimento. Surge assim a pergunta: o que exatamente é, o que encarna, esta nova forma de estado, que tem dado à velha e injuriada palavra o vigor e levado à vitória no mundo político de hoje?

O livro de John Dunn, conta, portanto, três histórias diferentes, porém interconectadas. Em primeiro lugar, situa a história de uma palavra. Contudo, ao mesmo tempo, apresenta a história de uma ideia, por ocasião inspiradora e absurda, e a história mais ampla de uma ampla variedade de práticas associadas com essa ideia. Uma terceira história é, do ponto de vista histórico, mais breve, mas também mais densa e complicada: a própria essência da história política do mundo do último meio século. Esta é a história do surgimento – e o porquê do surgimento – de uma forma particular de estado, a democracia representativa, e seu triunfo na luta global pelo poder e riqueza.

* * *

Na tentativa de entender porque a democracia ganhou sua eminente atualidade, diversas razões têm sido esgrimidas. Alguns preferem atribuir sua vitória à sua justiça política evidente, ela é o melhor e, provavelmente, o único fundamento claramente justificável no qual os seres humanos podem aceitar a aparente

indignidade de serem governados. Outros acham mais fácil acreditar que ela deve a sua preeminência ao fato de que ela, e somente ela, pode assegurar uma operação fluente e bem protegida da moderna economia capitalista.

Para Dunn, nenhuma das duas visões pode estar certa. No argumento desenvolvido no livro, a democracia em si mesma não especifica nenhuma estrutura clara e definitiva de governo. Inclusive como ideia ela fracassa por completo ao assegurar qualquer relação direta de resultados justos sobre qualquer tema. Como estrutura de governo, dentro de qualquer sociedade em qualquer tempo, ela torna extremamente provável que muitos resultados particulares resultem notoriamente injustos. A ideia de justiça e a ideia de democracia adequam-se de forma muito precária. Assim, apesar dessa aparente incongruência, a democracia se tornou em efeito o nome do regime símbolo da igualdade, favorecendo qualquer instituição política que se oferece para assumir a responsabilidade de pressionar a favor desse objetivo. Porém, foi apenas após uma mudança profunda nas expectativas que a democracia moderna se transformou na forma hegemônica de dominação política legítima.

O entendimento atual da democracia deve ser – na concepção de Dunn – apreendido como o resultado de uma luta de sentido entre a *ordem do egoísmo* e a *ordem da igualdade*, em que a primeira tem triunfado sobre a segunda. Na *ordem do egoísmo*, o único impulso das ações e sentimentos dos cidadãos seria simplesmente o interesse pessoal, independentemente de qualquer relação com o bem geral. Esta ordem é aristocrática em substância porque inevitavelmente gera desigualdade e porque requer, e garante, o exercício do poder soberano de uma parte da nação sobre o resto. Os partidários do egoísmo entenderam a prosperidade nacional como resultado da multiplicidade de necessidades, do desfrute crescente da diversidade material e do egoísmo dos cidadãos, fundamentos de uma indústria vigorosa, e um comércio sem limites. O principal objetivo dos partidários da *ordem da igualdade* seria sua insistência na igualdade como o fim mais transformador e profundo de uma revolução social. Revolução que marca um ponto de discórdia cada vez maior entre quem defende a opulência e a distinção e aqueles que defendem a igualdade e as classes numerosas de trabalhadores. Os partidários da igualdade veem a liberdade da nação como produto de dois elementos: a igualdade que suas leis têm criado nas condições e no desfrute dos cidadãos; e uma extensão completa dos direitos políticos. A segunda não é substituta da primeira; e os partidários da igualdade claramente

reconhecem os perigos de se concentrar em remédios constitucionais a expensas das condições de igualdade reais.

Esta luta de sentido entre *ordem do egoísmo* e *ordem da igualdade* resultou na eliminação do elemento subversivo da democracia, na apropriação por parte dos partidários da ordem do egoísmo do vocabulário político dos partidários da igualdade e na consolidação da ideia da democracia como forma de governo. A pergunta que aparece é: o que pode ainda hoje ser resgatado da agenda da ordem da igualdade das ruínas da derrota? Esta questão pode ser vista em duas formas diferentes, como uma questão de arquitetura institucional ou como uma de resultados distributivos.

A primeira maneira é ver a democracia como uma forma adequada de governo no qual os indivíduos são governados e escolhem os governantes. Sob a versão americana, o governo democrático foi apresentado como uma fórmula bem estabelecida tanto para promover a ordem do egoísmo, e combinar esta prosperidade com uma proteção real dos direitos civis da maioria da população. A prudência econômica foi incorporada no repertório dos políticos profissionais da maioria dos partidos políticos nos regimes democráticos.

Uma segunda opção seria entender a democracia como um valor político, ou como um modelo para eleições políticas justificáveis. A democracia tem prometido a democratização de amplos espaços da vida social, trabalho, família, relações de trabalho etc. O que ela impõe é a eliminação de todo vestígio de privilégio da ordem da vida humana. É uma visão de como as pessoas poderiam viver juntas. Se elas fizessem isso em um contexto no qual a injustiça tenha sido erradicada, isto implicaria a eliminação sistemática do poder das relações humanas. Não obstante ser implausível, este é o programa completo da ordem dos iguais. É um valor que talvez possa inspirar uma forma de governo e que, ao menos nas formas negativas, tem inspirado homens e mulheres, às vezes em grande escala. Mas não é uma descrição coerente de como o poder pode ser organizado, ou as instituições construídas. A democratização de todos os aspectos da vida social não seria uma possibilidade real hoje, entretanto como programa político ela ainda carrega uma atração considerável.

O papel da democracia como valor político dentro da forma de organização dominante (a ordem mundial do egoísmo) seria provar constantemente os limites toleráveis da injustiça, uma combinação permanente e muitas vezes muito intensa entre assuntos culturais e lutas políticas e sociais. A chave para a forma de vida como um todo é assim uma luta sem fim entre dois sentidos

instrutivos, mas muito diferentes de democracia. Nessa luta, o segundo sentido de democracia, como valor político, constantemente subverte a legitimidade da democracia como uma forma já existente de governo. Mas o primeiro, também, quase constantemente em seu próprio benefício, explora, mas depois insiste e no final imporá, sua própria prioridade sobre a segunda.

A democracia como forma de governo e a democratização como processo político, social, econômico e cultural – afirma Dunn – têm ritmos muitos diferentes. Elas também estão sujeitas a tipos diferentes de pressões. A democratização é indeterminada, exploratória e com final aberto. Ela parte de, e responde à concepção de democracia como um valor político, de uma forma na qual aquilo que importa fortemente para o corpo de cidadãos deve no fim ser decidido. A democracia como forma de governo é mais determinada, menos audaciosa em suas explorações e com final mais definido. A democratização hoje pode ser mais desafiadora que o governo democrático porque, e à diferença deste último, não é responsável perante a ordem do egoísmo.

Para nosso autor, existiriam duas formas dramáticas nas quais a democracia de hoje poderia, quiçá, ser alterada de forma a que nossas práticas de governo pudessem convergir com seu título democrático. A primeira é no fluxo e na estruturação da informação entre os cidadãos e no grau no qual os governos restringem informação dos governados. O isolamento governamental é a mais direta e a mais profunda subversão do clamor democrático, algumas vezes prudente, porém nunca compatível com o sentido literal desta forma de governo. Quanto mais os governos controlem o que seus cidadãos sabem, menos eles poderão reclamar a autoridade dos cidadãos para seu governo. Ainda que conservando seu próprio nome, a democracia representativa moderna pode se transformar radicalmente neste aspecto. A segunda forma drástica na qual poderiam convergir se encontra em circunstâncias bem diferentes. Enquanto palavra, democracia ganhou a concorrência global para designar o governo legítimo por cortesia da ordem do egoísmo, pela compreensão e o suporte da economia capitalista. O que, todavia, conserva grande parte de sua força original é a simples percepção de que os cidadãos não podem se confrontar uns com outros em condições de aguda desigualdade, onde poucos controlam muitos, antes, durante e depois de cada decisão e ação governamentais. Por mais de um século, as economias capitalistas têm suportado a dura pressão dos partidos políticos de massas para diminuir as desigualdades. Porém, sua desapareição não faz nada para diminuir essa anomalia do abismo entre o significado da democracia como palavra e a

substância da democracia representativa contemporânea em ação. No momento, o abismo parece intransponível. Ele só pode ser atravessado se pudermos estabelecer algum controle real sobre ela, uma realização que hoje parece além do nosso alcance.

Sem dúvida, as discussões em torno à interpretação da democracia tanto como ideia política como forma de governo continuarão por muito tempo, em grande parte porque esta disputa de interpretações é inerente à luta política. No entanto, o livro do professor Dunn nos proporciona fundamentos históricos e teóricos para um melhor entendimento do processo de transformações conceituais pelo qual a democracia tem passado desde sua origem na Grécia clássica até hoje, fundamentos essenciais para apreender o significado de uma das noções mais importantes da realidade política atual. **E a nossa necessidade de entender a realidade política do mundo no qual vivemos parece ainda tão imperativa como a necessidade que incitou os atenienses a inventar e aprofundar aquele distante sistema de autogoverno.**

Recebido: maio/2008 - Aprovado: junho/2009